

## **ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS IMOBILIARISTAS DO PIAUÍ - AAIPI**

### **SUMÁRIO**

Capítulo I - Da Denominação, Sede, Duração e Finalidade;  
Capítulo II - Dos Associados;  
Capítulo III - Da Estrutura Organizacional;  
Capítulo IV - Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva;  
Capítulo V - Dos Recursos Financeiros;  
Capítulo VI - Da Alteração do Estatuto;  
Capítulo VII - Da Dissolução da Associação;  
Capítulo VIII - Do Quórum para Deliberações;  
Capítulo IX - Das Disposições Finais;

### **CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADE**

**Art. 1º.** A Associação dos Advogados Imobiliários do Piauí - AAIPI, doravante denominada "AAIPI", é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado, regida por este Estatuto e pela legislação vigente aplicável.

**Art. 2º.** A sede provisória da AAIPI será estabelecida na Rua Miguel Arcoverde, nº 193, 1º andar, sala 01, bairro Jóquei, CEP: 64.048-330, Teresina-PI, podendo ser transferida ou mantida em local diverso, bem como instalar representações em outras localidades, mediante decisão dos associados fundadores.

**Art. 3º.** A "AAIPI" tem por finalidades, sobretudo:

- I** - Associação privada profissional;
- II** - Promover o fortalecimento e o reconhecimento institucional da advocacia especializada em Direito Imobiliário no Estado do Piauí;
- III** - Fomentar o estudo, o aprimoramento técnico e científico da advocacia imobiliária;
- IV** - Estimular a integração entre os profissionais da área e o mercado imobiliário;
- V** - Representar institucionalmente os interesses dos advogados imobiliários;

**VI** - Organizar eventos, cursos, seminários, publicações e outras ações educativas;

**VII** - Contribuir para a consolidação do Direito Imobiliário como ramo autônomo, ético e técnico.

**Parágrafo Único.** A associação não distribui lucros, dividendos ou quaisquer excedentes financeiros a seus associados, sendo seu patrimônio e receitas integralmente voltados à consecução de suas finalidades institucionais, em conformidade com o art. 54, inciso IV, do Código Civil.

## **CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS**

**Art. 4º.** A associação será composta por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

### **I - Fundadores:**

- a)** Bruno Costa Rocha;
- b)** Daniel Lima Mendes;
- c)** Igor Barbosa Gonçalves;
- d)** Jordana Sousa Medeiros;
- e)** Leilton Sousa Costa Filho;
- f)** Leonardo Macêdo Nunes;
- g)** Paulo Victor de Lima Santos;

**II - Efetivos:** advogados e/ou bacharéis em Direito admitidos conforme critérios definidos neste Estatuto e no Regimento Interno.

**Art. 5º.** São condições para admissão de associados efetivos, em conformidade com o art. 54, inciso II, do Código Civil:

- I** - Ser advogado regularmente inscrito na OAB/PI e/ou bacharel em Direito;
- II** - Solicitar formalmente o ingresso mediante requerimento escrito endereçado à Diretoria Executiva, contendo qualificação completa e acompanhado da documentação pessoal pertinente;
- III** - Submeter-se à análise de antecedentes (*due diligence*) realizada pelos

membros fundadores;

**IV** - Obter aprovação, por maioria simples, dos membros fundadores.

**Parágrafo Único.** A decisão acerca da admissão será comunicada ao solicitante em até 30 dias após a deliberação.

**Art. 6º.** A exclusão de associado poderá ocorrer, em conformidade com o art. 54, inciso II, do Código Civil:

**I** - Por infração a este Estatuto, ao Regimento Interno ou ao Código de Ética da OAB;

**II** - Por conduta incompatível com os princípios da associação;

**III** - A pedido do próprio associado;

**IV** - Por maioria simples dos votos dos fundadores, de forma fundamentada.

**Parágrafo Primeiro.** Todas as decisões mencionadas nos incisos acima deverão ser devidamente fundamentadas.

**Parágrafo Segundo.** A exclusão por infração ou conduta incompatível somente será aplicada após notificação e garantia do direito de defesa ao associado”.

**Art. 7º.** São direitos dos associados, em conformidade com o art. 54, inciso III, do Código Civil:

**I** - Participar das atividades e eventos da associação;

**II** - Votar e ser votado, conforme a categoria associativa e nos limites estabelecidos neste Estatuto;

**III** - Ter acesso às informações e documentos institucionais.

**Art. 8º.** São deveres dos associados, em conformidade com o art. 54, inciso III, do Código Civil:

**I** - Cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as decisões dos órgãos da associação;

**II** - Zelar pelo bom nome da AAIPI e pela ética profissional;

**III** - Colaborar para o alcance dos objetivos da associação.

### **CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

**Art. 9º.** São órgãos da AAIPI, conforme disposto no art. 54, inciso V, do Código Civil:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria dos Fundadores;
- III - Diretoria Executiva.

### **Seção I - Da Assembleia Geral**

**Art. 10.** A Assembleia Geral é o órgão de caráter consultivo da associação, composta por todos os associados em pleno gozo de seus direitos.

**Art. 11.** Compete à Assembleia Geral:

- I - Manifestar-se sobre propostas de alteração do Estatuto;
- II - Propor a admissão e exclusão de associados;
- III - Opinar sobre as contas e relatórios anuais da Diretoria;
- IV - Sugerir o plano de atividades e orçamento anuais;
- V - Eleger, mediante votação, democraticamente, os candidatos aos cargos da Diretoria Executiva, submetendo o resultado à aprovação da Diretoria dos Fundadores.

**Art. 12.** As manifestações da Assembleia Geral serão encaminhadas à Diretoria dos Fundadores, que deliberará sobre sua implementação, observada a necessidade de votação por maioria simples dos membros fundadores para aprovação de qualquer matéria.

**Parágrafo Único.** Sem o voto favorável da maioria simples dos sete membros fundadores, nenhuma deliberação poderá ser considerada válida.

### **Seção II - Da Diretoria dos Fundadores**

**Art. 13.** A Diretoria dos Fundadores é o órgão máximo de deliberação da associação, composta exclusivamente pelos sete membros fundadores relacionados no Art. 4º, inciso I, deste Estatuto.

**Art. 14.** Compete à Diretoria dos Fundadores, em conformidade com o art. 54, incisos V e VII, do Código Civil:

- I - Aprovar ou rejeitar, total ou parcialmente, os nomes eleitos pela Assembleia Geral para a Diretoria Executiva;
- II - Indicar, entre seus membros, substitutos para os cargos da Diretoria Executiva cujos nomes eleitos tenham sido rejeitados;

- III** - Deliberar, com poder final de decisão, sobre todos os assuntos da associação;
- IV** - Aprovar a admissão e exclusão de associados;
- V** - Aprovar alterações no Estatuto e no Regimento Interno;
- VI** - Decidir sobre a dissolução da associação;
- VII** - Aprovar as contas, relatórios financeiros e o plano de atividades;
- VIII** - Resolver os casos omissos neste Estatuto.

**Parágrafo Único.** Todas as deliberações da Diretoria dos Fundadores exigirão votação por maioria simples de seus membros.

### **Seção III - Da Diretoria Executiva**

**Art. 15.** A Diretoria Executiva será composta pelos seguintes cargos:

- I** - Diretor-Presidente;
- II** - Diretor Vice-Presidente;
- III** - Diretor-Geral e Financeiro;
- IV** - Diretor-Adjunto;
- V** - Diretor Executivo;
- VI** - Diretor Administrativo;
- VII** - Diretor Institucional.

**§ 1º.** Os cargos da Diretoria Executiva poderão ser ocupados por membros fundadores ou efetivos, mediante processo eleitoral a ser realizado a cada 2 (dois) anos.

**§ 2º.** Nos dois primeiros mandatos, todos os cargos da diretoria executiva serão ocupados exclusivamente pelos sete fundadores (diretoria dos fundadores).

**§ 3º.** Qualquer associado em dia com suas obrigações poderá candidatar-se aos cargos da Diretoria Executiva.

**§ 4º.** Após a eleição pela Assembleia Geral, os nomes dos candidatos eleitos serão submetidos à Diretoria dos Fundadores, que poderá aprová-los ou rejeitá-los, total ou parcialmente.

**§ 5º.** Em caso de rejeição total ou parcial dos nomes eleitos, a Diretoria dos Fundadores indicará, entre seus membros, os substitutos para os cargos rejeitados.

**§ 6º.** Um Diretor poderá cumular dois cargos, exceto se for Presidente.

**§ 7º.** Poderão integrar a Diretoria Executiva até dois Diretores Adicionais, com ou sem funções específicas, eleitos pela Assembleia ou nomeados pela Diretoria dos Fundadores.

## **CAPÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA DIRETORIA**

## **EXECUTIVA**

**Art. 16.** São atribuições dos membros da Diretoria Executiva:

### **I - Diretor-Presidente:**

- a)** Representar a associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b)** Convocar e presidir reuniões da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;
- c)** Supervisionar as atividades da associação;
- d)** Assinar, com o Diretor Financeiro ou outro designado, documentos e contratos;
- e)** Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e deliberações da Diretoria.

### **II - Diretor Vice-Presidente:**

- a)** Auxiliar o Diretor-Presidente;
- b)** Substituir o Diretor-Presidente em suas ausências;
- c)** Exercer atribuições delegadas pela Presidência ou Diretoria.

### **III - Diretor-Geral e Financeiro:**

- a)** Coordenar ações administrativas e operacionais;
- b)** Supervisionar projetos e eventos;
- c)** Elaborar relatórios de gestão;
- d)** Gerir recursos financeiros com o Diretor-Presidente;
- e)** Elaborar balancetes e prestar contas;
- f)** Exercer funções fiscalizadoras sobre a gestão financeira da associação;
- g)** Examinar livros, documentos e balancetes;
- h)** Apresentar pareceres sobre a prestação de contas anual;

**IV - Diretor-Adjunto:**

- a) Apoiar o Diretor-Geral;
- b) Substituir o Diretor-Geral em suas ausências;
- c) Auxiliar na gestão financeira e administrativa.

**V - Diretor Administrativo:**

- a) Organizar cadastro de associados;
- b) Coordenar serviços administrativos e secretarias;
- c) Redigir e arquivar atas;
- d) Guardar documentos da associação.

**VI - Diretor Institucional:**

- a) Representar a associação perante instituições públicas e privadas;
- b) Coordenar relações institucionais;
- c) Promover a divulgação da associação.

**VII - Diretor Executivo:**

- a) Exercer funções específicas delegadas pela Diretoria Executiva;
- b) Auxiliar em atividades administrativas;
- c) Substituir Presidente ou Vice-Presidentes em suas ausências.

**Art. 17.** Compete à Diretoria Executiva:

- I** - Administrar a associação;
- II** - Cumprir e fazer cumprir as deliberações;
- III** - Convocar Assembleias;
- IV** - Assinar contratos e atos administrativos;
- V** - Apresentar relatórios e prestações de contas anuais;

**VI** - Submeter orçamentos à apreciação da Assembleia;

**VII** - Zelar pela execução dos objetivos institucionais.

**Art. 18.** Das reuniões da Diretoria dos Fundadores:

§ 1º. Os membros fundadores reunir-se-ão mensalmente, em local a ser deliberado entre si, mediante convocação informal;

§ 2º. Todas as deliberações dos membros fundadores exigirão votação por maioria simples, sendo precedidas de pauta previamente comunicada e registradas em ata formal;

§ 3º. As reuniões dos fundadores poderão ocorrer de forma presencial ou virtual, garantida a participação efetiva de todos os membros;

§ 4º. Em caso de impossibilidade temporária de participação de algum dos fundadores, a reunião poderá ser reagendada ou, mediante autorização expressa do ausente, proceder com as deliberações não sensíveis.

**Art. 19.** Da Sucessão dos Membros da Diretoria dos Fundadores:

§ 1º. Em caso de falecimento ou incapacidade permanente de membro fundador, os fundadores remanescentes reunir-se-ão no prazo de 30 dias para, por maioria simples, escolher o sucessor dentre lista tríplice elaborada em comum acordo.

§ 2º. Em caso de desligamento voluntário definitivo, o membro fundador que se desliga deverá apresentar lista tríplice de potenciais sucessores, dentre os quais os fundadores remanescentes escolherão, por maioria simples, o novo membro.

§ 3º. O sucessor assumirá todas as prerrogativas do membro fundador substituído, exceto se deliberado de forma diversa pelos fundadores remanescentes, por maioria simples.

## **CAPÍTULO V - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**Art. 20.** Constituem receitas da AAIPI, em conformidade com o art. 54, inciso IV, do Código Civil:

**I** - Anuidades, contribuições voluntárias e eventuais dos associados, destinadas a eventos e programações extraordinárias;

**II** - Doações, subvenções e patrocínios;

**III** - Receitas provenientes de eventos, publicações e serviços não privativos da advocacia, tais como:

**a)** Realização de congressos, seminários, cursos e palestras de caráter educativo e formativo;



- b)** Elaboração e comercialização de material educativo e publicações técnicas produzidas pela associação;
- c)** Organização de eventos científicos e de networking para o mercado imobiliário;
- d)** Locação ou cessão onerosa de espaços em eventos promovidos pela associação;
- e)** Comercialização de produtos com a marca da associação.

#### **IV - Convênios, contratos e parcerias com entidades públicas ou privadas.**

**Parágrafo Primeiro.** As atividades indicadas nas alíneas do inciso III acima possuem natureza associativa, educacional e informativa, não se confundindo com a prestação de serviços jurídicos privativos da advocacia, como postulação perante o Poder Judiciário ou atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

**Parágrafo Segundo.** Nenhum recurso poderá ser distribuído entre os associados, sendo obrigatória sua aplicação em conformidade com as finalidades institucionais da associação.

### **CAPÍTULO VI - DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO**

**Art. 21.** Este Estatuto somente poderá ser alterado mediante deliberação, através de votação por maioria simples, da Diretoria dos Fundadores, reunida em sessão especialmente convocada para esse fim, em conformidade com o art. 54, inciso VI, do Código Civil.

### **CAPÍTULO VII - DA DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**

**Art. 22.** A “AAIPI” poderá ser dissolvida mediante deliberação, através de votação por maioria simples, da Diretoria dos Fundadores, em sessão convocada especificamente para esta finalidade, em conformidade com o art. 54, inciso VI, do Código Civil.

**Parágrafo Único.** Em caso de dissolução, o patrimônio da associação será destinado a uma entidade congênere, sem fins lucrativos, com sede no Estado do Piauí, devidamente registrada e com objetivos compatíveis com os da AAIPI.

### **CAPÍTULO VIII - DO QUÓRUM PARA DELIBERAÇÕES**

**Art. 23.** As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros.

**§ 1º.** O quórum mínimo para aprovação de qualquer matéria será de quatro votos favoráveis.

**§ 2º.** Em caso de empate na votação, caberá ao Diretor-Presidente o voto de qualidade.

**§ 3º.** Todas as deliberações deverão ser formalizadas por meio de atas, assinadas pelos membros presentes.

**§ 4º.** As decisões da Diretoria Executiva poderão ser revistas e modificadas pela Diretoria dos Fundadores, mediante deliberação de votação por maioria simples.

## **CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 24.** Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Diretoria dos Fundadores, mediante deliberação através de votação por maioria simples.

**Art. 25.** O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Diretoria dos Fundadores, devendo ser registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil da Pessoa Jurídica, para efeitos legais.

**Art. 26.** Fica expressamente estabelecido que, em relação aos fundadores, diretores e associados da Associação dos Advogados Imobiliários do Piauí – AAIPI, a partir do momento de seu ingresso na entidade, estes autorizam, de forma plena e irrevogável, o uso de sua imagem, voz, nome, vídeos e quaisquer outras formas de reprodução audiovisual ou fotográfica, para fins institucionais, promocionais e informativos da associação. Tal autorização visa viabilizar a divulgação das atividades da AAIPI, bem como fortalecer a visibilidade da advocacia imobiliária no estado do Piauí, respeitando sempre os princípios éticos e legais aplicáveis

Teresina/PI, 22 de abril de 2025.

**Bruno Costa Rocha**  
(Diretor-Presidente)

**Daniel Lima Mendes**  
(Advogado - OAB/PI nº 12.747)